

## Prefácio

António Magalhães e Stephen Stoer

Nos anos 1990 o debate sobre educação em Portugal mergulhou na questão dos 'resultados'. Tanto a esquerda 'pedagógica' como a direita 'performativista' (para nos referirmos de uma forma simples – porventura demasiado simples... – à estruturação política do debate, que, de facto, começa a dar sinais de se estender para além da esquerda e da direita...) tornaram a educação num campo discursivo em que o critério pelo qual a sua legitimidade social devia ser aferida seria, para a primeira, o seu contributo para a formação integral de indivíduos e para formas participadas de cidadania, e, para a segunda, o seu contributo para a formação de indivíduos com competências ajustáveis às necessidades da nova economia e sociedade do conhecimento e da informação. Paralelamente, a legitimidade social do sistema educativo foi sendo crescentemente referida à questão da qualidade e esta aos padrões de selecção educacional e social, assim como à sua relevância sócio-económica. No final dos 1990, os jornais de grande circulação, as televisões e as rádios, mesmo nos seus programas e edições genéricos, deram à educação uma centralidade que não tem paralelo na história da educação em Portugal. Mesmo aquando da instauração da Primeira República, no seu ambicioso e radical projecto de modernizar o país através da educação (Carvalho, 1986), o debate não foi tão generalizado acerca da sua natureza e metas a atingir.

A polémica sobre 'Os Filhos de Rousseau' (Mónica, 1997; Magalhães e Stoer, 1998; 2002) aconteceu neste contexto e foi

protagonizada pelos mais diversos sectores da sociedade portuguesa: investigadores em ciências sociais, políticos, fazedores de opinião, jornalistas, alguns empresários, etc. O que é interessante é que os investigadores em educação e os pedagogos foram a parte menos visível neste processo. Ora apreensivos com a designação de ‘filhos de Rousseau’, ora assumindo que o debate não lhes dizia directamente respeito e que os verdadeiros acusados pela degenerescência educativa em Portugal não eram os professores e o sistema educativo, mas uns vagos conspiradores, uns ‘mandarins’ (Mónica, 1998) que, quais Sirs Humphreys, na discrição dos gabinetes governamentais, conduziam a educação portuguesa para a desgraça do abaixamento de nível, os pedagogos e os investigadores em educação abandonaram – ou recusaram a entrar – o debate.

Os autores deste trabalho intervieram na discussão e, a dado momento, compreenderam, que a polémica teria de mudar de tabuleiro, por assim dizer. O jogo do debate nos *mass media* tem regras que, não sendo difíceis de compreender, não são facilmente domináveis por quem não faz parte dessa forma de circulação de capital social. Tentá-lo de uma forma continuada parecia corresponder a ficar à beira de um igualmente continuado ataque de nervos... A mudança dos termos da questão, que estava, de alguma forma, reduzida à polaridade pedagogia *versus* performance, implicava pois posicionar a questão dos ‘resultados’ educacionais e formativos da escola pública no contexto mais amplo da reconfiguração do capitalismo, dos aparelhos estatais e respectivas políticas e do próprio conhecimento.

Além de termos, enquanto investigadores, procurado identificar empiricamente as questões em causa, pensámos que seria interessante criar uma espécie de fórum em que as referidas reconfigurações do modo de produção, distribuição e consumo, das políticas sociais e educativas e do conhecimento fossem objecto de atenção privilegiado. Foi este o contexto em que nasceu a coluna mensal *Reconfigurações* no jornal *A Página*.

A investigação que, entretanto, na última década fomos levando a cabo sobre os impactos da globalização nos sistemas educativos e nas concepções educacionais (e.g. Stoer, Cortesão e Correia, 1999) enfatizava que este fenómeno não possui, por assim dizer, exterior. De facto, as formas hegemónicas de globalização incluem mesmo aquilo que aparentemente excluem. Por exemplo, há países que sendo claramente periféricos em relação aos actuais processos económicos, sociais e culturais hegemónicos, são incluídos na rede de produção, distribuição e consumo precisamente nessa qualidade, isto é, de excluídos. É o caso de alguns países africanos que, sendo excluídos das benesses da globalização, são nela integrados das mais diversas formas, desde produto turístico até potencial providenciador de matérias-primas ou depósito de mão-de-obra barata para os sectores trabalho-intensivos da economia mundial.

A educação e os sistemas educativos não escapam às malhas – melhor seria dizer, à(s) rede(s) – da globalização. E aos mais diversos níveis: ao nível do estabelecimento da agenda política para a educação, da conceptualização das políticas e ao da implementação. No que diz respeito ao primeiro, a crescente hegemonia das grandes unidades regionais, como a União Europeia, a correlata perda de soberania por parte dos estados nacionais, assim como a presença crescentemente visível de uma agenda global para a educação (Dale, 2000) fazem com que a escola pública esteja perante recomposições que é urgente investigar e onde é urgente intervir. Ao nível da conceptualização das políticas educacionais a reconfiguração a que nos referimos é igualmente crescentemente evidente; veja-se, por exemplo, a recente transformação do discurso educacional substituindo objectivos cognitivos e atitudinais pelo conceito de competências (Magalhães e Stoer, 2002). Finalmente, ao nível da implementação, o impacto destas reconfigurações têm dimensões igualmente visíveis, desde o mal-estar docente ao questionamento da instituição pelo seu desajustamento em relação aos anseios das populações que servem e aos objectivos políticos que lhe são endereçados.

Na coluna *Reconfigurações* procurámos, durante três anos, dar corpo visível a estas questões. Para tal, reunimos um conjunto de participantes que, pela sua diversidade intelectual e do contexto em que exercem a sua actividade enquanto investigadores, nos parecia garantir leituras múltiplas e diversificadas desses processos.

Assim, os textos foram organizados a partir da lógica de que existe de facto um amplo processo de reconfigurações – sublinhe-se o plural – das estruturas sociais, económicas e políticas com impactos importantes, mesmo paradigmáticos, ao nível da educação, ao nível da relação desta com o exercício da cidadania e com a formação das identidades individuais e colectivas. É nesse sentido que o primeiro grupo de textos, de António M. Magalhães e de Stephen R. Stoer se centram no próprio conceito de *reconfiguração* e na *reconfiguração da escola moderna*. A segunda parte, que reúne as colaborações de R. Dale, debate o conceito, sublinha a sua ambiguidade e denuncia alguns dos seus desenvolvimentos políticos e educacionais como sendo da ordem da hegemonia dos interesses económicos sobre os de desenvolvimento da cidadania plena. Susan Robertson, da Universidade de Bristol, por seu turno, na terceira parte, e a partir também da suspeição no que diz respeito ao conceito de “reconfiguração”, faz incidir a sua análise nalgumas características da dita economia do conhecimento, referindo-as à reconfiguração das concepções educacionais em curso. Na quarta parte, Xavier Bonal, da Universidade Autónoma de Barcelona, nos textos da sua colaboração traz um olhar sobre o impacto da recomposição global do capitalismo nas concepções educacionais, particularmente no que diz respeito à mudança social num país como Espanha, acabado de sair, pode defender-se, da primeira fase de modernidade. Fátima Antunes e Fernanda Rodrigues, na quinta parte, desenvolvem um projecto algo paralelo para o caso português. Fernanda Rodrigues concentra-se nas políticas sociais e Fátima Antunes nas transformações da escola pública portuguesa. António M. Magalhães e Stephen R. Stoer, na última parte do livro, discutem as questões substantivas da

igualdade, da reconfiguração da política enquanto poder e enquanto prática de poder, relacionando-as com a transformação do contrato social moderno e a emergência do que vimos chamando a “cidadania reclamada”.

Este livro é também uma celebração da amizade que há muitos anos une os autores – participantes, celebração que alargamos ao editor. Amizade feita de afectos, cumplicidades e outras partilhas que estão na base também das eventuais diferenças de perspectivas e de aproximações aos fenómenos sociais em apreço. Da parte dos organizadores deste trabalho um sincero agradecimento pela sua disponibilidade e empenho neste projecto.

## Bibliografia

- Carvalho, Rómulo (1986), *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dale, Roger (2000) “Globalization and Education: Demonstrating a ‘Common World Educational Culture’ or Locating a ‘Globally Structured Educational Agenda’?”, *Educational Theory*, 50, 4, 427-448.
- Mónica, Filomena (1997), *Os Filhos de Rousseau*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Magalhães, António M. e Stoer, Stephen R. (1998) *Orgulhosamente Filhos de Rousseau*. Porto: Profedições.
- Magalhães, António M. e Stoer, Stephen R. (2002) “A Nova Classe Média e a Reconfiguração do Mandato Endereçado ao Sistema Educativo”, *Educação, Sociedade & Culturas*, 18, 25-40.
- Stoer, Stephen, Cortesão, Luiza e Correia, José Alberto (1999) *Transnacionalização da Educação*. Porto: Edições Afrontamento.